

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____, DE 2019

(Da bancada do PSOL)

Solicita ao Ministro de Estado do Meio Ambiente informações acerca do aumento dos índices de desmatamento em áreas protegidas na Amazônia e a redução da atuação de fiscalização dos órgãos ambientais federais.

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações ao Ministro de Meio Ambiente, Sr. Ricardo Salles, sobre os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que revelam um aumento do desmatamento na Amazônia nas primeiras duas semanas de maio de 2019, bem como informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que evidenciam declínio e paralização na fiscalização da Amazônia desde o início de 2019.

1. O governo tem ou pretende elaborar um plano estruturado de combate ao desmatamento na Amazônia? Pretende atualizar o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)? Se sim, como isso será feito, considerando que os órgãos e instâncias destinados a esse fim foram extintos por este Ministério na reforma ministerial? Quando isso será feito e virá a público?
2. Há alguma medida ou conjunto de medidas com o propósito de reverter os atuais índices preocupantes de aumento do desmatamento na Amazônia durante a atual gestão? Quais são? Quando iniciarão? Qual a leitura deste ministério sobre

- os principais vetores do aumento do desmatamento? Há preocupação em relação à imagem do Brasil internacionalmente por conta desses novos dados?
3. O governo tem ou pretende elaborar algum plano estruturado, com objetivos, metas e formas de mensuração definidos para conter o desmatamento especificamente nas Terras Indígenas e Unidades de Conservação? Se sim, solicita-se cópia de estudos do corpo técnico do Ministério, relatórios, pareceres ou notas técnicas que fundamentam as propostas, bem como atas de reuniões e todos os outros documentos pertinentes.
 4. Quantas operações federais de fiscalização ambiental foram realizadas na Amazônia em 2019? Qual o efetivo em cada ação e qual os recursos que foram aplicados para cada? Solicita-se cópia de estudos do corpo técnico do Ministério, relatórios, pareceres ou notas técnicas que fundamentam a resposta, bem como atas de reuniões e todos os outros documentos pertinentes.
 5. De acordo com dados fornecidos pelo Ibama em seu site, o órgão aplicou nos primeiros meses de 2019 a menor quantidade de multas desde 1995. A que este Ministério atribui a expressiva redução no número de autuações do Ibama nos primeiros meses de 2019?
 6. O Ibama divulgou na sexta-feira, 24/05, um comunicado que fará operações contra desmatamento e garimpo na região sudoeste do Pará em Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Esta é uma inovação da nova gestão nas operações, antes sigilosas, de fiscalização ambiental? Qual o objetivo de divulgar uma ação de fiscalização anunciando com antecedência os locais em que ela será realizada? Quem se beneficia desta conduta inédita do IBAMA? Na avaliação do MMA, a divulgação interfere nos resultados das ações? Não seria um gasto de recursos públicos organizar uma operação declarada com antecedência? Este será um novo protocolo para a fiscalização federal no Brasil? Qual a base legal

para esta medida? Há normativas que basearam esta decisão? Como a metodologia de divulgar antes os locais que serão alvo de operações pode colaborar para a redução de ilicitudes ambientais?

7. Qual a justificativa para que apenas quatro dos 27 Superintendentes Estaduais do IBAMA estejam nomeados em definitivo? Existe previsão de quando ocorrerão novas nomeações? Qual avaliação deste Ministério quanto à relação da falta de superintendentes coordenando o trabalho de fiscalização com o aumento dos índices de desmatamento?
8. Em relação ao Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real (Deter), por que o MMA planeja contratar um novo sistema de monitoramento do desmatamento para orientar as ações de fiscalização? Qual o custo do novo sistema? Qual seu diferencial e quais são os estudos que os comprovam? Quem desenvolveu o sistema? O sistema já foi testado no Brasil? Existem documentos que comprovam resultados verificados? Este Ministério já teve reuniões com empresas envolvidas com essa possível contratação anunciada? Quais são as empresas responsáveis? Quais os subsídios técnicos que justificam esta mudança? Solicita-se cópia de estudos do corpo técnico do ministério, relatórios, pareceres ou notas técnicas que fundamentam a proposta, bem como atas de reuniões e todos os outros documentos pertinentes.
9. A chefia do ICMBio ainda não homologou nenhuma multa em 2019. Porém, um levantamento realizado com o órgão aponta que 354 autos de infração emitidos por agentes ambientais estão prontos para homologação do presidente do ICMBio. Há alguma orientação deste Ministério em relação à paralisação da homologação para as cobranças das multas em unidades de conservação federais? Qual a razão de as infrações não serem executadas e a presidência apresentar conduta contrária ao próprio regimento do ICMBio?

- 10.** Foi estimado pelo jornal O Estado de S. Paulo que as multas do ICMBio que estão prontas para homologação somam a quantia de R\$ 146,2 milhões. Considerando que o Ministro do Meio Ambiente afirmou inúmeras vezes em entrevistas que recebeu o ICMBio “destruído”, com frotas “sucateadas”, qual a diretriz administrativa que justifica não cobrar as multas e deixar de arrecadar recursos para o Estado?
- 11.** Por que o ICMBio não realizou nenhuma operação de fiscalização na Amazônia durante todo o mês de abril de 2019? Qual avaliação deste Ministério quanto à relação da falta de fiscalização com o aumento dos índices de desmatamento nas unidades de conservação na Amazônia? A paralisação da fiscalização nestas UCs é uma diretriz administrativa? Quem é responsável por emití-la?
- 12.** Qual a estratégia do Ministro ao apostar em monitoramento em tempo real com um novo sistema, sem apontar para ampliação dos quadros para que a capacidade de fiscalização imediata também exista? Este Ministério aposta na efetividade da fiscalização sem aumento do quadro de pessoal dos órgãos e dos recursos para as ações?
- 13.** Qual a alternativa que este Ministério pretende apresentar para apreensão de maquinário envolvido em desmatamento apreendido em fiscalização?
- 14.** O desmatamento da Amazônia influencia diretamente ecossistemas que garantem serviços ambientais prestados para todo o Brasil, como a regulação do clima, a produção hídrica, a biodiversidade e garantia de qualidade do solo. A produção agrícola depende diretamente da manutenção destes serviços ambientais e o MMA tem defendido uma agricultura sustentável, de modo a fortalecer a produção no campo e a proteção ambiental. Porém, com o aumento do desmatamento, como o MMA responde a este impacto ao agronegócio?

- 15.** A interferência direta do MMA na execução das ações do Ibama, que é uma autarquia vinculada ao MMA e não subordinada, tem sido bastante criticada por técnicos da área. No que o MMA tem contribuído para que o Ibama melhore, considerando o déficit de servidores?
- 16.** Atualmente o contrato de veículos e helicópteros utilizados pelo Ibama em fiscalizações na Amazônia é pago com recursos provenientes do Fundo Amazônia. Fragilizar a execução dos recursos do fundo mediante críticas infundadas, como demonstrado na ação movida pelo Ministério Público junto ao TCU contra o Ministro Salles, poderá reduzir o aporte de doações ao fundo e, conseqüentemente, inviabilizar completamente as ações do Ibama de fiscalização. Qual a justificativa do MMA em relação a atual investida contra a execução deste recurso utilizado também no apoio à fiscalização?
- 17.** Os diversos pronunciamentos do presidente Bolsonaro e do Ministro Salles carregados de críticas e ameaças aos fiscais do Ibama e ICMBio e o aumento da hostilidade contra os órgãos e seus servidores no exercício de suas funções, na leitura deste ministério, influenciaram no aumento do desmatamento da Amazônia?
- 18.** De 2009 a 2011, o IBAMA realizou operações de confisco de gado em áreas embargadas e com isso os índices de desmatamento na Amazônia caíram. O MMA pretende retomar estas ações como forma de conter o aumento do desmatamento? Se sim, quando e priorizando quais regiões?
- 19.** Em relação à proposta de criação do núcleo de conciliação para analisar infrações ambientais, qual o efetivo que será utilizado nestas ações? Quanto de recurso será aplicado para a criação deste núcleo? Qual a meta de audiências de conciliação com a qual o MMA e Ibama irão trabalhar para estruturar os núcleos?

20. Até o fim de 2018, o Ibama tinha 5.000 vagas em aberto. Em 2008 eram 1.600 fiscais, mas hoje são 850. Em avaliação de especialistas, seria necessário no mínimo 500 novos fiscais para atender às demandas do órgão. Ano passado foi enviado pedido de 1.800 vagas para o IBAMA ao Ministério do Planejamento. Qual a previsão deste Ministério para o preenchimento de tais vagas?
21. O decreto nº 9741, de 29 de março de 2019, cortou R\$ 187 milhões do orçamento do MMA. Dados do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP), detalham o contingenciamento orçamentário proposto para a pasta ambiental, que atingem programas importantes como o de combate a incêndios florestais, mudanças climáticas e a fiscalização. Como o MMA pretende combater o aumento do desmatamento com cortes no orçamento para tal? Qual a motivação para o Ministério ter escolhido essas áreas de atuação? Qual planejamento administrativo justifica a decisão? Solicita-se cópia de estudos do corpo técnico do ministério relatórios, pareceres ou notas técnicas que fundamentam as propostas, bem como atas de reuniões e todos os outros documentos pertinentes.

JUSTIFICAÇÃO

No mês de maio de 2019, dados identificados pelo Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real (Deter), ferramenta do Inpe, evidenciaram o dobro de desmatamento registrado no mesmo período em 2018. Os índices apresentam uma média de 19 hectares derrubados por hora na Amazônia. São os piores índices em uma década para o mês de maio. Foram perdidos oficialmente em uma quinzena 6.880 hectares de floresta preservada na Região Amazônica, o equivalente a quase 7 mil campos de futebol¹. Trata-se de um volume próximo do

¹ Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,desmatamento-avanca-na->

desmatamento registrado na soma de todos os nove meses anteriores. Os números se referem à devastação registrada nas unidades de conservação administradas e fiscalizadas pelo Ibama e ICMBio.

Em reportagem sobre o aumento do desmatamento na Amazônia, o jornal O Estado de São Paulo alerta para a diminuição de multas aplicadas pelo Ibama por desmatamento em 2019. Além disso, não foi realizada pelo ICMBio nenhuma operação de fiscalização na Amazônia em todo mês de abril de 2019. O número de multas aplicadas pelo Ibama por desmatamento é o mais baixo para esse período em pelo menos 11 anos. Os dados são dos próprios órgãos e demonstram uma paralização na Gestão Ambiental Nacional, ao mesmo tempo em que os índices de desmatamento batem recordes na Amazônia.

No dia 22 do de maio, o subprocurador-Geral Lucas da Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, entrou com pedido de abertura de inquérito para apurar a “possível ineficiência e deficiente fiscalização” dos órgãos públicos ambientais. Na representação, o subprocurador associou o aumento do desmatamento ao declínio na efetividade da fiscalização dos órgãos ambientais. Para Furtado, o TCU deve entrar na questão por ser o órgão de fiscalização dos gastos públicos – e a atual gestão ambiental federal, se comprovadas as ações de desmonte, estaria fazendo mau uso dos recursos ao jogar ativamente contra o meio ambiente.

Diante desses fatos, nos termos constitucionais e com a urgência que se faz necessária, requeremos as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 2019.

Ivan Valente
Líder do PSOL



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Fernanda Melchionna
Primeira Vice-Líder do PSOL

Áurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Glauber Braga
PSOL/RJ

Luiza Erundina
PSOL/SP

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ